

A Economia Política do Cognitivo

Bouzid Izerrougene

*Phd em Economia, Professor no Curso de Mestrado da
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil*

Resumo

A acumulação na base do conhecimento é sinônimo de uma situação de inovação permanente, em que a valorização se sustenta no tempo subjetivo e intersubjetivo da criação, isto é, no trabalho vivo e coletivo. As relações de produção superpõem a fábrica e cobrem a totalidade do terreno social, derrubando as fronteiras entre a produção social e a produção econômica, entre as forças produtivas e os meios de produção, o consumo e a produção, o valor de troca e o valor de uso, etc. A compreensão do modo como o capital se valoriza nessa nova base passa pelo estudo dos fundamentos do regime cognitivo e da sua lógica de acumulação-exploração no contexto das mudanças introduzidas pela difusão maciça das novas tecnologias de informação e comunicação.

Palavras-chave: Conhecimento, Informação, Subjetividade, Trabalho, Exploração

Classificação JEL: P170

Abstract

An accumulation based on knowledge is synonym of a permanent innovation state, where the valorization is based in a subjective and intersubjective time of creation, that is, in the live and collective labor. The production relationship overlaps the factory and covers a totality of social fields, throwing down the frontiers between social production and economic production, between productive strengths and productive means, consumption and production, change-value and use-value, etc. The comprehension of the valorization of capital in this new basis requires a study of fundamentals of cognitive regime and its accumulation-exploitation logic, in the context of the transformations introduced by massive difusion of new informational and communicational technologies.

* Recebido em novembro de 2006, aprovado em julho de 2007. Trabalho apresentado no Encontro da Anpec 2006.

E-mail address: Bouzid@ufba.br.

1. Introdução

Esse trabalho parte da hipótese de que as transformações em andamento extrapolam o paradigma do capitalismo industrial e revelam um salto do capitalismo a uma fase que pode ser designada como “capitalismo cognitivo”. Não se trata apenas da idéia de preponderância de uma economia do conhecimento, mas de uma mutação profunda que reordena as formas de valorização do capital, ampliando a base social de exploração e abrindo novas frentes de contestação.

O conceito de capitalismo cognitivo é lançado para caracterizar a emergência de um novo tipo de desenvolvimento do capital, baseado no conhecimento que deriva da força coletiva e cooperativa do trabalho. Trata-se de uma nova fase do capitalismo em que a dinâmica econômica e social, isto é, a acumulação, se apóia na exploração sistemática da informação, da competência dos autores de conhecimento, das diversas capacidades tecnológicas e institucionais associadas e das inúmeras formas de implicação em redes.

O *capitalismo cognitivo* surge com a promoção do trabalho ativo cooperativo, social e abstrato, fruto da energia intelectual e lingüística dos operários intelectuais e de serviços, os quais produzem bens intangíveis. Nessa produção, o recurso básico é a informação, objeto de formação de sistemas de valor, isto é, do conhecimento.¹ A acumulação na base do conhecimento e do capital humano é sinônimo de uma situação de inovação permanente. A valorização do capital não se fundamenta mais no tempo objetivo de repetição, mas, sim, no tempo subjetivo e intersubjetivo de criação. O que importa não são os objetos técnicos em si, mas as lógicas de acumulação e de valorização social. A exploração do conhecimento pressupõe, além de arranjos institucionais próprios, a formação de sistemas de organização e redes que permitem a captação da força de trabalho coletiva e viva. A força de trabalho viva corresponde a um quase capital, ao capital fixo *being man himself* de Marx, cuja dominação pelo capital não se garante apenas pelo controle dos meios materiais de produção, mas exige a privatização de conteúdos sociais de produção, realizados em redes criativas de cooperação e comunicação que se ampliam graças às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs). Não obstante, a relação capital/trabalho segue como elemento fundamental na regulação e dinâmica do capital.

Objeto de consumo e ferramenta de trabalho ao mesmo tempo, as NTICs aceleram o processo de socialização das inovações e permitem que surja uma nova figura, a do usuário-inovador (Jollivet 2000). A função e uso das NTICs são construídos e inventados pelo próprio trabalhador-usuário; não podem funcionar independentemente dos conteúdos culturais, artísticos, ideológicos e técnicos. Não se dissociam, portanto, do conjunto complexo dos saberes que eles veiculam. Essa articulação função-uso é criativa desde que ponha em interação a memória

¹ Supunha-se, por convenção, que o conhecimento é informação processada ou sistematizada pelo pensamento. Essa distinção só pode ser relativa, dado que a mente processa tudo que capta. A mente, aqui, é a capacidade humana de aprender e usar símbolos.

“situada” da máquina e a memória “não situada” do intelecto.² *“Ela é criativa desde que a máquina NTIC permita a interação entre subjetividades”*. (Corsani 2002, p. 184).

De certo, a organização social em rede existiu em outras épocas, mas o que é novo hoje é que o paradigma das tecnologias da informação fornece as bases materiais de sua extensão a toda a sociedade. A rede do que se trata no capitalismo cognitivo é, antes de tudo, uma rede humana construída pela circulação de informações, de significados e de artefatos técnicos produzidos por inúmeros usuários-produtores inter-relacionados. Essas atividades nascem e se difundem ao longo das trajetórias desenhadas por relações cooperativas e amplamente socializadas dentro de contextos de produção e de uso que podem se afirmar independentemente do capital. Por seu caráter criativo e cumulativo, permitem evocar uma passagem de um regime de produção a um regime de inovação.

As performances inovadoras são diretamente associadas à importância do investimento coletivo em infra-estrutura, instrução, formação e pesquisa, cujo custo é amplamente socializado. Nesse sentido, os direitos sobre a propriedade intelectual e acesso às redes constituem uma modalidade de captação de “externalidades”, uma forma poderosa para as hierarquias de valor e de exclusão. Esses direitos de acesso à rede e ao conhecimento em geral constituem novos encravamentos que separam e privatizam um espaço virtualmente global de produção e circulação da informação. Por meio deles, o capital busca realizar uma nova modalidade de explorar o trabalho vivo. No entanto, as novas tecnologias de rede também oferecem à força de trabalho coletivo a possibilidade de construir, independentemente do capital, sua própria estrutura de coordenação e integração, de modo a contestar a dominação capitalista. É nessa articulação que reside o novo foco de conflitos entre o capital e o trabalho e que se complica a subordinação real do trabalho pelo capital.

Trata-se, então, de um deslocamento radical da base social e produtiva do capitalismo que deve ser acompanhado por mudança similar no nível das categorias de análise. A compreensão do modo como o capital se valoriza nessa nova base é o objetivo fundamental desse ensaio, em que se busca, primeiro, avaliar a importância do cognitivo como fonte de criação econômica (Seção 2) e analisar os fundamentos do novo regime de produção cooperativa que, apoiado na difusão maciça das NTICs, dificulta a separação dos meios de produção da força do trabalho e obriga o capital a estender a sua lógica de acumulação para o espaço da totalidade social (Seção 3). Em seguida, discute-se como a revolução sócio-técnica provoca uma ruptura na divisão técnica do trabalho e complica a “submissão real do trabalho” (Seção 4). A nova configuração tecnológica tende a subordinar o uso da ferramenta técnica à performance do trabalho (Seção 5). Essa performance deriva da produção

² A memória situada é de natureza essencialmente “sensorimotrice”, corporal ou material. A memória não situada é a memória da consciência que não depende do corpo, uma memória de essência mental, espiritual (ou como melhor nome haja).

e socialização do conhecimento e depende do esforço intelectual, enquanto força intensiva da memória (Seção 6).

Escolheu-se o paradigma marxista de análise como referencial para o entendimento do capitalismo cognitivo, reportando algumas conceitualizações de Marx (valorização, exploração, meios de produção, forças produtivas, ...) sobre novos conteúdos (intangível, redes de cooperação, conhecimento, ...). Vale sublinhar que os dispositivos analíticos dessas novas formas de valorização-exploração capitalista estão ainda na fase embrionária e sua apresentação exige grande esforço em evitar representações simplifactorias ou errôneas. Razão pela qual se deve admitir que a linguagem e a terminologia empregadas correm o risco de serem excessivamente particulares ou imprecisas.

2. A Crescente Importância do Cognitivo como Fonte de Criação Econômica

A produção padronizada, absorvida pelo consumo em massa de produtos que exigem uma fase final de montagem dos materiais previamente transformados na grande fábrica, podia fiar-se numa demanda adequada, razão pela qual a comunicação entre as duas esferas de produção e circulação era relativamente lenta e limitada. Porém, o imperativo para o capital de reduzir o tempo de transformação das mercadorias em dinheiro, tanto na fábrica como no mercado, gerou a necessidade de acelerar o ritmo comunicativo e induziu o advento do Toyotismo: um interregno em que as mercadorias são produzidas na medida exata, de acordo com a demanda (*just in time*, estoque zero). O trabalho na circulação, mesmo que não produza mercadorias, se torna explicitamente produtivo, fonte de valorização e acumulação de capital, desde que sirva para reduzir o tempo de realização. Daí, o papel central conferido aos meios de comunicação no processo de acumulação, como agente de redução, ou mesmo de anulação do tempo que cobre as operações de produção/realização.

O capitalismo industrial, ao desenvolver novos materiais e novos processos de produção, levanta a necessidade de criar novos valores de uso para novos produtos. As oportunidades de acumulação não são, portanto, criadas apenas via ampliação quantitativa da demanda, mas incluem uma dimensão qualitativa, em que a comunicação não se limita a uma mera transmissão de dados, mas abrange a articulação entre consumo e produção numa permuta contínua que é, ela própria, objeto de produção e valorização. Na estrita cooperação entre mercado e produção, é essa permuta que permite detectar e criar desejos e anseios, os quais são transformados em necessidades e, em seguida, respondidos por novos produtos.

Na teoria econômica é considerada a dimensão quantitativa do consumo da informação através do conceito dos rendimentos crescentes, o qual abrange fenômenos como economias de escala e *learning by doing*, que são examinados sob o novo ponto de vista de externalidades em rede (Arthur 1989). Alguns economistas, como Lundvall, evidenciaram as interações entre os produtores e os usuários como

relação de co-produção (Lundvall 1999). No entanto, a co-produção é concebida não verdadeiramente como co-produção de informação e conhecimento, mas como mera troca de informações, submetida à mesma lei de repetição que caracteriza a “produção de mercadorias por mercadorias”. A interação é vista apenas em função de uma relação vertical entre os produtores e os usuários de bens e tecnologias, mantendo uma visão demasiadamente técnica e economicista dos novos fenômenos que se pretende explicar. Essa visão não rompe com o universo Smith-Taylor, em que a cooperação é passiva e estática, assegurada pelo encadeamento programado e seqüencial de tarefas elementares (Veltz 1999).

No capitalismo cognitivo, dominado pelo imprevisível e pela incerteza, a cooperação é dinâmica, baseada em formas horizontais de comunicação, as quais demandam um trabalho polivalente e uma capacidade de ação e interação não prescritível. Quando se produz conhecimento por conhecimento, a cooperação se torna consubstancial à atividade criativa e se amplia graças à multiplicação e interconexão de redes virtuais que a tecnologia autoriza. Nesse processo, as NTICs se tornam objeto de consumo e ferramenta de trabalho e, por isso, portadoras de uma mudança qualitativa maior, na qual emerge o fenômeno do uso como fator de produção. Portanto, a cooperação não pode mais ser reduzida e confundida com a cooperação tecnológica e comercial, que tem como finalidade central a redução da incerteza e a gestão da escassez.

A produção do conhecimento escapa da lei do rendimento decrescente e, *a fortiori*, da lei da escassez. A troca de informações não comporta nem perda nem sacrifício e o seu consumo não é destruidor e não implica na depreciação ou no esgotamento da sua utilidade. Pelo contrário, o seu uso é uma atividade criativa, pois, enquanto “conhecimento em ato”, evolui com o seu uso subjetivo. O seu custo de reprodução é muito baixo, o seu valor agregado elevado e, em razão da cumulatividade, o seu custo marginal é decrescente. No entanto, ele é muito variável de um contexto para outro e é fortemente incerto, pesando sobre o processo de inovação.

O desenvolvimento econômico é hoje nitidamente dominado pelo intangível, que reconfigura os processos de produção, altera as suas formas institucionais de regulação e abre espaço considerável para a acumulação. O trabalho cognitivo ocupa um lugar de destaque na produção de externalidades. A produção de serviços e o manuseio de informações estão no coração da economia, apoiados na revolução da comunicação e da informática, que transforma as práticas laborais, inserindo-as no modelo das tecnologias de informação e comunicação. Toda atividade econômica tende a ser permeada pela informação e a ser qualitativamente transformada por ela, agindo em todo o campo social. As técnicas tradicionais de máquinas industriais estão indubitavelmente substituídas pela inteligência cibernética de informação e pelas técnicas de comunicação.

O modelo definido pelo computador de inteligência e comunicação não envolve apenas os trabalhos simbólicos de rotina, superestimados pela Teoria Crítica da Comunicação e seus seguidores que abordaram a “indústria cultural” dentro das perspectivas da standardização, estereotipagem e baixa qualidade dos produtos.

Contra a tese da “indústria cultural” está o próprio trabalho de rotina, o qual requer, no mesmo tempo que autoriza, o cumprimento de tarefas analíticas e simbólicas via manipulação inteligente e criativa.

Acima das tarefas analíticas e simbólicas, ainda existe a outra face do trabalho cognitivo, constituída pelo trabalho afetivo de contato e interação humana, pelos serviços em geral, cujos produtos (satisfação, conforto, bem estar) são intangíveis e envolvem uma vasta gama de atividades, como assistência médica, educação, finanças, transportes, segurança, diversões e publicidade. Em cada forma de trabalho cognitivo os empregos são altamente movediços e envolvem flexibilidade e aptidões. São caracterizados em geral pelo papel central desempenhado por fatores como conhecimento, informação, afeto e comunicação. “*A realidade econômica e social é definida menos pelos objetos materiais feitos e consumidos do que pelos serviços e relações co-produzidos. Cada vez mais, produzir significa construir comunalidades de cooperação e comunicação*” (Hardt e Negri 2001, p. 323).

A demanda social corrobora com a tese da hegemonia do trabalho cognitivo, na medida em que o que se consome são, cada vez mais, os serviços, as tecnologias informáticas e comunicacionais e os conteúdos informacionais, culturais e artísticos. Todos estão intimamente associados à ferramenta técnica NTICs, cuja peculiaridade encontra-se, precisamente, na indissociabilidade dos conteúdos que ela transporta e transmite.

Se a economia sofre hoje um processo de pós-modernização, rumo a uma economia de informação, isso não significa que a produção material será descartada. O que ocorre é que, assim como os processos de industrialização transformaram a agricultura e a tornaram mais produtiva, a revolução da informação transforma a indústria, informacionalizando-a e modificando as suas bases de valorização. Esse processo poderá vir a ser designado pelo termo de *infoeconomia*. As NTICs se constituem em poderosos suportes da informacionalização que se amplia graças à multiplicação da cooperação e à crescente interconexão das redes virtuais. A performance dessa ferramenta técnica depende da inteligência, da criatividade e da capacidade de invenção do trabalho vivo que se apresenta como ação imediatamente cooperativa. A cooperação se realiza dentro de redes difusas³ de dispositivos que produzem e regulam símbolos, linguagem, costumes, hábitos e práticas produtivas.

³ A rede é um não-lugar (Hardt e Negri 2001).

3. As NTICs e as Implicações da Organização em Rede

Definida como uma diferença que produz outra diferença (Bateson 1977), a informação supõe compartilhamento e interpretação, pois os interlocutores não são simples agentes técnicos, isolados e de fora de uma relação, como pressupõem as Teorias da Comunicação, as quais negligenciam a combinação infinita entre o emissor e o receptor,⁴ o sujeito e a subjetividade. Ora, o ato comunicativo não é um simples fenômeno de transmissão, mas um movimento de significação, onde os interlocutores são seres em ação e a sua interatividade é um resultado subsequente a um processo contínuo de interpretação/adoção. Quando se reconhece essa determinação, pode-se entender que cada subjetividade se torna, simultaneamente, sujeito e agente de produção e consumo dentro de redes de participação.

A interatividade dos significados produz sistemas simbólicos e tecnologias intelectuais, que colocam em movimento as formas comunitário-cooperativas como fonte de criação de valor. Conseqüentemente, a valorização se realiza no interior mesmo do processo de produção e difusão da informação, a qual não pode possuir valor se não é intercambiada, difundida e, portanto, socializada. Assim, a ação instrumental da produção econômica é unida à ação comunicativa das relações humanas, e isso dentro de redes diferenciais e múltiplas, e com suportes tecnológicos que apropriam ações a fins específicos. Nesse sentido, o conceito de tecnologia intelectual é assumido pelo conceito geral da dinâmica social.

Precisamente, a escolha dos instrumentos técnicos resulta do confronto de poderes concorrentes na busca de melhores formas de valorização, e é essa busca que torna a informação fonte primordial de acumulação. As tecnologias de suporte que se formam nesse processo, as redes em si, são instâncias fluidas de produção e consumo. A infra-estrutura de informação, estruturada numa arquitetura ilimitada, inclusiva e diferenciada, é embutida nos novos processos de produção e lhes é totalmente inerente. Traduz-se, notadamente, por uma nova forma de utilizar o tempo, a qual está pondo em cheque a distinção fordiana entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho; tempo de produção e tempo de consumo.

Confusão dos tempos. No capitalismo industrial, cria-se valor no tempo de produção e destrói-se valor no tempo de consumo final. O tempo-valor, expresso na mercadoria, é o centro da economia política, fonte de toda produção. A análise econômica se fundamenta nesse valor. Os clássicos fazem do tempo do trabalho a unidade de medição do valor. Enquanto isso, no capitalismo cognitivo, o indivíduo, ao consumir informação, analisa, confronta e combina os diversos conteúdos e, portanto, produz novas informações que podem ser, por sua vez, utilizadas no próprio processo de produção. Assim, o consumo se torna um momento também de produção.

⁴ A sociologia da comunicação midiática se interessa mais pela recepção do que pela emissão. A recepção é vista como fase do ciclo global. A análise da linguagem permanece no campo dos procedimentos lógico-formais e não se inverte para o exame do ato da linguagem socialmente situado.

As NTICs permitem, não somente a manipulação e combinação das informações, como também impõem de forma transversal normas de funcionamento, participando assim na diluição das fronteiras entre os tempos históricos do capitalismo: consumo/inação. O tempo humano se torna então totalmente econômico, não mais através das duas seqüências separadas, mas via um *continuum* de atividades. Consome-se, primeiro, bens que dão acesso à informação e que representam um capital. O acesso à informação, em seguida, permite produzir novas informações. Então, sob forma de consumo, constrói-se capital e, sob a forma de tempo, produz-se informação.

Imanência. Se o tempo do consumo (de serviços, informática, cultura, etc.) e do lazer se transforma em tempo de aquisição e produção de novos conhecimentos (produzidos individualmente ou coletivamente dentro das redes), os tempos intermitentes de produção do assalariado são eles tempos de consumo (de aproveitamento) pela empresa desses próprios conhecimentos produzidos fora dela. A nova modalidade de exploração capitalista se concentra precisamente nessa “externalidade”, fruto do trabalho coletivo e da subjetividade que se cria de forma coletiva à medida que se comunica.

Na verdade, no contexto do paradigma da construção comunicativa e da generalização das relações mercantis, o conceito de externalidade exige redefinição, pois o que está em jogo não é mais a articulação com formas não mercantis, as quais tendem, aliás, para a extinção. O que era exterior à produção e às relações de produção é dissolvido na “universalidade da criação humana”, tornando impossível qualquer fronteira entre produção social e produção econômica, qualquer limite externo das trajetórias sociais, como mostraram Hardt e Negri, utilizando o seu original conceito de *Imanência* (Hardt e Negri 2001, Seção 2.6).

No plano da *Imanência*, não há exterior a ser interiorizado; o exterior à produção é formado nas próprias relações de produção e reprodução. As externalidades podem ser encaradas como “internalidades” à esfera da produção do conhecimento. O interior e o exterior se articulam e se fundem nos contínuos processos de interação social (Hardt e Negri 2001, *ibid*). Pode-se demonstrar que, de forma confluyente e simultânea, os mesmos processos de interação solapam a lógica binária do capitalismo material em outras categorias, tais como base material/superestrutura, produção/reprodução, forças produtivas/relações de produção, capital constante/capital variável e valor de uso/valor de troca. Em todas essas polarizações, parafraseando Jameson: a moderna dialética do dentro e do fora está sendo substituída por um jogo de graus e intensidade, de hibridismo e de artificialidade (Jameson 1991).

Desterritorialização. A corrosão do conceito de soberania nacional ilustra bastante a tendência ao fim da bipolarização dentro/fora.⁵ De forma mais imediata, a ruptura espaço-temporal se reflete na globalização dos mercados, cuja

⁵ Essa configuração espacial de dentro e de fora representa um dos pontos mais ambíguos do pensamento moderno. Muitos filósofos contemporâneos, principalmente aqueles que procuraram se distanciar da dialética, se interessaram por isso. Ver, particularmente, Derrida J. (1992), *Margins of Philosophy*, Chicago, (trad.).

ideologia disseminadora repele as fronteiras, diferencia os consumidores e recusa a teoria totalizante. O mercado mundial significa, por definição, o esgotamento das fontes externas de acumulação (de natureza pré-capitalista), tão essenciais para o capital na análise de Rosa Luxemburgo.⁶

Os avanços nas telecomunicações e nas tecnologias de informação tornam possível que diferentes formas e atividades possam ser coordenadas para a produção simultânea de uma mercadoria em diversos lugares. As redes de comunicação que empresas transnacionais estenderam no mercado mundial (redes de fluxo de capital, de fluxo de tecnologias e de bens e serviços) estão na origem da emancipação do capital dos limites espaço-temporais da organização e da gestão da produção. Essa emancipação se traduz por uma profunda desterritorialização do capital como ordem produtiva. Na nova ordem mundial, a comunicação expressa e organiza o movimento de globalização, guiando e canalizando o conhecimento nas conexões comunicativas.

No capitalismo industrial tradicional, a valorização se baseia num conjunto de relações sociais e institucionais fundamentais, como mercado, fábrica, salário e Estado, relações estas voltadas para a realização de um objetivo principal: conduzir o trabalho homogêneo ao capital, em lugares fixos, concentrados e por tempo indeterminado. Hoje, a informatização da indústria e o crescente domínio da produção de serviços tornam desnecessária a concentração das atividades. Em muitos casos, a produção em escala deixa de ser vantajosa. Ademais, não é mais o trabalho que é conduzido ao capital, mas, sim, o capital, emancipado, graças às NTICs, das limitações espaço-temporais, é que vai livremente ao encontro do trabalho para constituir, *ad hoc*, redes de valorização.

As NTICs abrem perspectivas para o trabalho se realizar fora das organizações funcionais, burocráticas e hierarquizadas, herdadas do regime fordista. Pode-se antever essa tendência na contração do emprego nas grandes firmas, na ascensão do trabalho profissional “por conta própria”, na criação de pequenas empresas de alta tecnologia e na crescente substituição do contrato de trabalho à duração indeterminada por contratos precários de prestação de serviços. Nessas novas tendências o trabalhador se vale de altos níveis de competência e tecnicidade e a sua remuneração não representa um salário, mas, sim, uma participação nos lucros. Conseqüentemente, utilizando a linguagem marxiana, o capital não pode se prevalecer do dinheiro para apresentar a potência do trabalho como sendo sua própria potência.

A valorização tentacular. O movimento que reúne espaço e tempo universais, por meio da ação das forças sociais, não atinge apenas a esfera econômica ou a dimensão social, mas envolve também o que Michel Foucault chamou de *bios social*. O *bios* é a forma de poder que inclui a dimensão biológica da reprodução e que se interioriza nos corpos e cérebros dos sujeitos e os regula por dentro (Foucault 1994). Em torno desse bio-poder se organiza o poder sobre a vida e se estrutura a

⁶ Os mais importantes ensaios de Rosa Luxemburgo podem ser encontrados em: “The National Question”, org. Davis, H., *Monthly Review Press*, 1976, Nova York.

sociedade de controle na forma de um poder bio-político (Foucault 1976, p. 183-5). O *bios social* pressupõe a completa inter-relação dos tempos e dos espaços da vida e do trabalho, o que gera uma ampliação da base social e produtiva do capitalismo. Para explorar essa nova base de valorização, o capital é levado a sair, como sinaliza Dieuaide, “*de uma lógica de valorização fundada no controle direto do processo de produção, [para entrar] numa lógica de valorização tentacular, baseada no uso e no consumo do saber e localizada na totalidade da vida social*” (Dieuaide 2002, p. 76-89).

O fato de as NTICs serem indissociáveis da lógica de rede e funcionarem como modelo de coordenação, de controle e de difusão das atividades e dos comportamentos, faz com que a sua generalização interfira diretamente no *bios social*. A comunicação age nos nexos imateriais da produção da linguagem, do simbólico e do afeto, que são inerentes ao domínio social. As análises de Foucault da comunicação-poder⁷ permitem reconhecer a natureza biopolítica da comunicação e do trabalho intelectual e afetivo, particularmente quando esse trabalho se torna a força produtiva dominante e se estende pelas profundezas da consciência e dos corpos, rearticulando as relações sociais e montando novas formas comunitárias (linguagem, redes, serviços interativos, etc).

Nas novas formas comunitárias de criação comunicativa, o maior fator de produção, que é o trabalho coletivo intelectual, é assegurado pelas ações singulares do trabalho, as quais criam continuamente novas construções comuns e, simultaneamente, singularizam o que é comum.⁸ A ação comunicativa não se deprecia e a sua energia não se extingue no processo de produção; o seu valor de uso está na convivência, no conhecimento e na inteligência que o capital não pode formalizar cientificamente e incorporar na máquina.

4. Negotropia, Relação Homem/Máquina e (Des)Alienação do Trabalho

O sistema informacional é uma atividade viva que possui a capacidade de reter e recuperar negotropia, isto é, a capacidade de recuperar no ambiente a energia que possa garantir a continuidade no trabalho entrópico. A informação pode produzir negotropia que, por sua vez, produz informação. Ela não é um estoque que se esgota com o uso, mas um fluxo que se mantém, alimenta e valoriza.⁹ Quando um sistema age no seu ambiente, ele interage com inúmeras fontes de informação, isto é, de incertezas. Ele precisa eliminar essas incertezas, consumindo

⁷ Trata-se de um modelo de organização em “panóptico”, em que os processos disciplinares investigam tão profundamente a sociedade que conseguem configurar-se, a si próprios, como aparelhos que levam em conta a dimensão biológica coletiva da reprodução.

⁸ Sobre a relação singular/comum, ver Agamben (1993), *The Coming Community*, University of Minnesota Press.

⁹ O conhecimento também não é um estoque. Considerá-lo como tal pode ser útil para distingui-lo da informação, mas isso engana na medida em que a acumulação do conhecimento pressupõe, por definição, a renovação das estruturas.

negotropia adicional. Quanto maior seja o tratamento da incerteza, maior será a experiência adquirida. Como observa (Atlan 1992, p. 145), o tempo de tratamento das incertezas se afirma criativo e agrega realmente valor ao trabalho informacional.

No modelo entrópico, onde prevalece a lei dos rendimentos decrescentes, as modalidades de divisão e organização do trabalho residem na especialização da máquina – na heterogeneidade das máquinas – que se opõe a um trabalho homogêneo, o qual se exterioriza como simples gasto energético, esforço muscular. Nesse mesmo modelo, a máquina é especializada; a sua função e o seu uso são determinados pela natureza dos conhecimentos que ela incorpora. Frente a essa máquina, o trabalho, separado do conhecimento, é desprovido de qualquer especificidade. A máquina, enquanto cristalização do saber e enquanto trabalho morto impõe sua lei de funcionamento ao trabalho vivo.

Essa relação homem-máquina se inverte no capitalismo cognitivo. Neste universo dominado pelo imprevisível, enquanto o trabalho se confunde com a criação de usos, a máquina se desespecializa e homogeneiza. Essa novidade constitui uma verdadeira ruptura na história das técnicas, ao colocar em questão a relação que até então fixava um objeto técnico na sua função e designava ofícios e competências em função das ferramentas utilizadas.

Ao dissociar a máquina (hardware) do seu programa (software) e interconectar os agentes cooperativos, as NTICs conferem uma elevada maleabilidade aos instrumentos, cujo uso implica em variações constantes dos programas de funcionamento. Em outras palavras, o computador conectado à rede não possui uma função predeterminada, enquanto meta-máquina. Ele é uma “caixa vazia” que somente a forma como é preenchida lhe confere uma função ou uma utilidade. De fato, o que está implicado na produção como produção criativa, não é mais a associação da capacidade homogênea da máquina com o trabalho abstrato e genérico, mas, sim, a capacidade heterogênea e subjetiva do trabalho em adquirir, acumular e valorizar conhecimentos, isto é, re-contextualizar os codificados saberes.

Jollivet levanta a questão da identidade do autor que preenche a meta-máquina e coloca, de forma pertinente, que: *“Um método neo-taylorista poderia se reafirmar para conceber e implementar o uso otimizado e padronizado dessa máquina. Mas essa perspectiva teria que ignorar a revolução sócio-técnica gerada pelo surgimento e generalização do uso do computador, que faz com que a atividade de execução se confunda com a de percepção e o valor do objeto técnico esteja no uso e no usuário”* (Jollivet 2002, p. 48).

O valor está no uso coletivo e este não está mais determinado pela máquina. É precisamente esse fenômeno que motiva as dúvidas acerca da rentabilidade das NTICs. Através dele pode-se entender o paradoxo da produtividade de Solow (1978), em que a adoção de novas tecnologias exige inovação da parte de quem as adota. Conseqüentemente, a performance da ferramenta técnica depende da inteligência, da criatividade e da capacidade de invenção do trabalho vivo partilhado. Desde então, como constata Corsani, *“não se pode associar [...] a imaterialidade do conhecimento à materialidade das mercadorias; não é mais possível definir a produtividade do trabalho na sua relação interna ao capital”*

(Corsani 2002, p. 183).

Quando predominam nos processos produtivos o trabalho intelectual e, particularmente, as tarefas analíticas e simbólicas, via manipulação inteligente e criativa, o trabalhador se aproxima do objeto do seu trabalho. Se as capacidades intelectuais contidas nas relações sociais de produção são constantemente criativas, interativas e disponíveis, elas não podem ser formalizadas cientificamente e objetivadas tecnologicamente na maquinária. Isso quer dizer que o conhecimento não é necessariamente incorporado no trabalho morto, o que traz uma mudança radical na morfologia do trabalho, tal como foi definida pela economia política.

A economia política desnuda o trabalho-vivo de toda criatividade, reduzindo-o a um simples gasto de trabalho-abstrato. O conhecimento é automaticamente incorporado no trabalho ou no capital, servindo apenas a elevar a potência do trabalho simples. Essa subordinação do conhecimento se manifesta nos próprios princípios que regem a teoria do valor-trabalho. Da perspectiva de Marx, só quando abstraídas de suas práticas concretas, atividades laborais diferentes poderiam ser reunidas e vistas de maneira homogênea como gasto da força humana de trabalho, como trabalho abstrato. A informação circula nos diversos círculos do *trabalho combinado*, segundo a definição proposta por Marx no capítulo inédito (Marx, s/d), onde ela é tratada e comunicada, até que seja objetivada no sistema de máquinas onde se realizará o trabalho morto. O trabalho informacional é designado como trabalho improdutivo, sustentado pelo excedente econômico.

No decorrer do processo de objetivação do trabalho simples, o trabalhador individual desaparece no coletivo do *trabalho combinado*. Marx afirma que pouco importa que esse trabalho seja manual ou intelectual. Todas as categorias de trabalho e qualificações aparecem como “*funções das forças de trabalho incorporadas no conceito imediato de trabalho produtivo*”. É, portanto, “*absolutamente indiferente que a função de um trabalhador ou de outro, simples relação de trabalho coletivo, seja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto*” (Marx, *ibid*: 110).

Não obstante, a análise do trabalho vivo em Marx já se referia à força coletiva, onde a sociedade se revelava nas exterioridades da economia: exterioridade da moeda, exterioridade do Estado e exterioridade da reprodução da força do trabalho na instância doméstica, onde as mercadorias são imediatamente materiais e imateriais. Marx evocou, sem integrar na sua teoria do valor, a relação entre a potência do trabalho vivo, “indeterminação capaz de qualquer indeterminação”, e sua atualização nos produtos. O processo histórico de desenvolvimento do capital representa, segundo o autor, um processo de transferência das capacidades vivas do trabalho simples para o trabalho morto, um processo de objetivação da *informação social* na máquina, um processo de “coisificação” do conhecimento (do trabalho simples vivo) na codificação redundante do trabalho morto. Pode-se afirmar, desde então, que a máquina é uma redundância concreta, uma informação congelada em suas formas materiais e em suas possibilidades dadas de movimento. As suas capacidades para transformar a matéria e “civilizar a natureza” dependem diretamente do conhecimento acumulativo extraído das forças produtivas e

coletivas. Conseqüentemente, o trabalho intelectual que, com o tempo se tornou dominante, se revela como força produtiva absoluta.

Como a sua teoria se apóia no conceito de *trabalho simples*, aquele que qualquer trabalhador pode executar, Marx valorizou, implicitamente, as capacidades intelectuais criativas e a formação geral contida no convívio social. São, portanto, as qualificações culturais e educacionais gerais do trabalhador que geram o seu valor de uso e de troca. Foi nessa perspectiva que Marx anteviu a dificuldade do capital em extrair mais-valia a partir do momento em que “*o manejo das ferramentas é incorporado pela máquina..., [eliminando dessa forma] tanto o seu valor de uso, quanto o seu valor de troca*” (O Capital, I). No seu tempo, em que a atividade laboral tratava de um trabalho direto de transformação material, Marx não podia ir adiante. Todavia, ele afirmou nos Grundrisse que essa ruptura entre trabalho imediato e trabalho mediato (entre o trabalho vivo e o trabalho morto) tende a subtrair do capital a sua fonte de valorização e extração da mais-valia.

Embora a relação entre trabalho intelectual e invenção, no tempo de Marx, estivesse ainda vaga e o trabalho vivo tivesse como único objetivo a transformação da matéria, o autor do Capital conseguiu vislumbrar os poderes do trabalho que são sugeridos pelos poderes do conhecimento, da experiência, comunicação e linguagem. O “*intelecto geral*” de Marx é uma inteligência coletiva, social, criada por conhecimentos, técnicas e *know how* acumulados. O valor do trabalho no contexto pós-moderno é dessa forma realizado por uma nova força de trabalho universal e concreta, por meio da apropriação e livre utilização das renovadas forças produtivas.

Marx não chegou a incluir na sua teoria de exploração esses conceitos de potência e ato do conhecimento, que permaneceram praticamente no estágio da intuição e metáfora. A sua inclusão teria complicado a construção da teoria do valor-trabalho. No contexto atual em que a informação ocupa um papel preponderante na criação do valor, pode-se dizer que Marx teve uma noção estritamente *industrial* e transformista do processo do trabalho, num contexto de uma divisão técnica do trabalho em que as tarefas são executadas de forma individual e repetitiva, prescindindo da cooperação. Isso não podia ter sido diferente numa sociedade em que o conjunto dos fenômenos que se referem a imagens, lembranças, linguagem e sensações ainda não se constituiu como fonte explícita de valorização.

Contrariamente ao tangível bem-mercadoria, esses fenômenos são bens que só existem enquanto idéia e, por não serem bens raros, não implicam necessariamente intercâmbio desigual, alienação ou espoliação. A valorização dos bens intangíveis deriva da sua socialização que, por sua vez, se baseia na emanação, na agregação recíproca, isto é, na capacidade de, simultaneamente, dar e reter. Ela ocorre toda vez que informações são utilizadas e se reproduz concomitantemente ao ciclo de criação de valor. Essa modalidade de acumulação pode representar um marco na evolução do capitalismo, uma nova fronteira que, da mesma forma que supera o modelo entrópico industrial, de conversão mercantil da energia motriz, revela o limite da objetivação e da mercantilização do trabalho vivo. Esse limite é o ponto de partida para o “*proletariado social*” reconhecer o seu próprio valor de uso, sua

autonomia e sua esperança de libertação. A sociedade pode perceber o novo uso de máquinas, onde o proletariado não é mais apenas uma parte da produção, mas um agente autônomo de produção que se reapropria de novos espaços e novas liberdades. Essa possibilidade vai totalmente de encontro às teses que prevêem a marginalização do trabalho.

Marx define duas modalidades, historicamente situadas, de dominação e apropriação das forças produtivas pelo capital: a submissão formal e a submissão real. Na primeira, os métodos de produção não são controlados pelo capital, o qual se limita a captar mais-valia na circulação, como no *putting out system*. Na segunda, que corresponde ao advento da grande indústria, o capital estende o seu domínio às condições produtivas e configura as condições tecnológicas e organizacionais do processo de trabalho, determinando o ritmo e as modalidades de produção através da maquinária.

Na fase de produção do conhecimento pelo conhecimento, como forma específica de produção que escapa do princípio da escassez, uma separação se opera entre a riqueza material e a riqueza imaterial. Essa separação dificulta a apropriação capitalista e pode expressar uma complicação da “submissão real” dentro de uma lógica convencional de valorização, uma vez que o processo de produção e o processo de valorização tendam a não ocorrer de forma concomitante. A distância entre os dois processos é flagrante na produção de *softs*, por exemplo, em que a valorização capitalista se faz mediante a venda de serviços propiciados por um produto idealizado de forma cooperativa e concretizado por meios de produção cuja definição e propriedade diferem daquelas que garantem as condições de exploração no capitalismo industrial. Aqui, o PC e a Net são as ferramentas que apresentam possibilidades concretas para uma atividade cooperativa não necessariamente comandada pelo capitalista, tendo uma característica subjetiva que, junto com a natureza de seus objetos, implica a livre produção e socialização dos conhecimentos. Nos setores de alto conteúdo em conhecimento, o controle capitalista da cooperação não é assegurado, mesmo que o capitalista compre a força do trabalho para produzir conhecimento.

Na produção do conhecimento por conhecimento, complica-se a absorção do trabalho vivo na organização científica e na materialidade do produto; afrouxa-se a dependência do trabalho vivo em relação ao trabalho morto, dificultando a separação entre os meios de produção e as forças produtivas. Conseqüentemente, a produção do conhecimento não garante a coincidência entre o processo de trabalho e o processo de valorização. Nela, a produção e a valorização (invenção e inovação) são agenciadas em função do seu conteúdo criativo.

Libertado da sua condição de incorporado, o conhecimento pode ser reproduzido, trocado e utilizado de forma separada do capital. Mesmo que o dinheiro compre o trabalho, a compra não assegura o comando, pois o trabalho cognitivo não precisa ser combinado ao capital para ser produtivo. Mesmo que o trabalho intelectual continue marcado por uma posição de trabalho “hétero-dependente”, pois ainda vive das encomendas do capital, ele não é mais uma função capitalista. Ele é socializado “em si e para si”, pois a cooperação se torna totalmente inerente ao

trabalho, o qual corresponde a uma participação no crescimento do conhecimento, junto com outros componentes do trabalho vivo. Essa associação produz redes e novas tecnologias nas quais a própria circulação da informação (da linguagem) é fonte de valorização.

Esse paradoxo da informação revela o caráter conflitante da nova articulação capital-trabalho. Representa um desequilíbrio fundamental que o novo capitalismo terá que enfrentar. O êxito do capital nessa tarefa dependerá da sua capacidade em sustentar a sujeição do trabalho criativo, cuja valorização se torna cada vez mais autônoma em relação às estruturas materiais de comando; dependerá da sua capacidade em controlar uma produção cuja especificidade se encontra na impossibilidade de ser pensada e organizada nos mesmos modos da ação finalizada (planejada e executada na empresa). Essa empreitada pressupõe a redefinição das modalidades de exploração e domínio, pois o fruto do trabalho criativo é bastante incerto e imprevisível e não pode ser controlado da mesma forma que o trabalho abstrato, alocado, simples e repetitivo. O lugar de efetivação do trabalho coletivo é indeterminável, o que leva o capital a estender sua lógica de valorização tentacular a novas esferas (públicas, “íntimas” e afetivas) ainda não mercantilizadas. Isso aponta para a disseminação, pela totalidade da vida social, dos conflitos de classe e reafirma a busca pelo excedente como elemento determinante da dinâmica do capital.

5. A Intersubjetividade Produtiva

Não se pode pensar a comunicação sem levar em consideração a saga da busca pelo outro, isto é, a relação entre as subjetividades criadas no ato comunicativo. As atividades laborais, associadas ao *bios social*, não produzem apenas mercadorias, mas, também, subjetividades agenciais dentro do contexto biopolítico: relações sociais, necessidades, produtores, corpos e mentes. A intersubjetividade pode ser, então, entendida como vivência e como representação simbólica da construção da identidade e dos laços sociais.¹⁰

No entanto, muitos grandes pensadores, como Kant, Hegel, Freud, Marx, Nietzsche e Schopenhauer negaram a intersubjetividade. Dos seus seguidores, aqueles que se dedicaram à crítica da sociedade através da revelação da superestrutura ideológica, como Marcuse, Adorno, Horkheimer e outros mais recentes, como Debord e Jameson, desenvolveram o que foi chamado em termos um tanto simplificadores de Teoria Conspiratória. O “complô” manipularia o homem para alcançar os objetivos centrais de controlar o poder, educar os mercados e, segundo Jameson, “aproximar o funcionamento da totalidade”.

Nessas teorias, as relações interpessoais não interessam e o indivíduo é considerado como um ser passivo e submisso, sem vontade própria e o seu pensamento é completamente inibido quando agrupado em alguma massa. As

¹⁰ A Intersubjetividade é entendida aqui como a relação estabelecida entre as consciências, conforme a definição de Jürgen Habermas.

pessoas adeririam acriticamente aos valores impostos, se alienariam às imagens dominantes da “sociedade do espetáculo”, como em Debord, e os seus desejos se esbarrariam na comunicação uniformizada e dominada pela “conexão consumista”, como em Jameson. As redes de participação estariam manipuladas do alto, por uma superestrutura que, de forma unilateral, regula a opinião pública e a produz, impondo uma sociedade massificada que age e pensa de maneira uniforme. A linguagem do discurso midiático é vista numa ótica estreitamente unidimensional, onde a instrumentalização das coisas torna-se instrumentalização dos indivíduos.

Nas teorias do Complô, cada indivíduo, desconsiderando-se os fatores históricos, sociais e emocionais da sua vida, é diretamente atingido e manipulado por um certo centro de comando (no estilo da *Caverna* do escritor Saramago), que é capaz de modular a percepção geral. Em muitas contribuições, esse centro de poder, ainda não definido, atua através da mensagem veiculada nos meios de comunicação em massa. Numa delas, a de Guy Debord, o espetáculo funciona como um centro de controle, tal como o dispositivo televisual de Foucault, em que a TV, que é um “panóptico invertido”, controla e vigia o indivíduo para assegurar a produção positiva dos comportamentos. Na “sociedade do espetáculo”, apenas existe o que parece existir e a mídia monopoliza aquilo que parece ser (Debord 1994).

No entanto, esse espetáculo, que é ao mesmo tempo difuso e integrado, somente funcionaria se todas as frações do poder e todos os interesses delas convergissem para um único comando, que seria consciente e explicitamente dirigido no sentido de conspirar e ditar o espetáculo. Simultaneamente, o funcionamento do espetáculo pressupõe exógeno o mecanismo de comando: a disciplina social é uma voz externa que dita as práticas da sociedade, sem que haja interação entre o emissor e o receptor. O indivíduo é inserido num sistema social impessoal, anônimo e manipulável.¹¹

Perceber a sociedade de controle de forma unidimensional equivale a pensar nas instituições como instâncias separadas e isoladas das forças sociais. Ora, as instituições (família, Estado, escola, mídia, etc.) são as protagonistas da inserção social, lideram o processo de construção das identidades e regulam a sociedade. A crise social se reflete plenamente nelas e força a sua flexibilização. O colapso das instituições se traduz por um movimento de “mão dupla”: o vazamento de seus valores específicos que se espalham para outros domínios, de um lado, e, do outro, a sua invasão e penetração por novos valores “externos” que as re-configuram. A evolução da identidade social envolve, então, a produção de subjetividades, a qual não permanece fixa, mas constantemente modulada por inúmeras instituições híbridas e diferentes combinações fora das instituições. A crise das instituições significa, justamente, que as fronteiras entre elas estão sendo derrubadas, de modo que a lógica que funcionava principalmente dentro das paredes institucionais agora se espalha para todo o terreno social (Hardt e Negri 2001, *ibid*, Seção 2.6).

¹¹ Sobre o poder da mídia, ver Hermann e Chomsky (1988), *Manufacturing Consent: The Political Economy of Mass Media*, Pantheon, Nova York.

Para os pensadores que consideram a intersubjetividade (a escola de Palo Alto, Merleau-Ponty, Wittgenstein, Bourdieu, Morin e outros), a comunicação é vista dentro de um modelo circular e retroativo, no qual o receptor tem papel tão importante quanto o emissor. A idéia da circularidade expõe o caráter rotativo do sistema: o efeito volta à causa e a causalidade se move em espiral. Os indivíduos produzem a sociedade e ela própria retroage sobre os indivíduos, com sua cultura e sua linguagem. A essência da comunicação reside precisamente em processos relacionais e interacionais, onde o indivíduo é sujeito e agente, interpreta e simboliza ao mesmo tempo. Ou seja, as relações humanas são um vasto sistema de comunicação, onde o homem é produto, mas, também, produtor.¹² Todo comportamento humano passa a ter valor comunicativo e, como a comunicação não ocorre sobre fatos situados fora das relações sociais, ela cria realidades (Berger e Luckmann 1992).

Uma contribuição de destaque nos estudos da intersubjetividade é a análise de Habermas. Para salvaguardar o sujeito autônomo e moral, como na tradição kantiana, o filósofo vê o sujeito como sendo constituído pelo paradigma da intersubjetividade, o que implica uma concentração na comunicação, tanto na fala como na ação. A linguagem é o arquétipo de uma comunicação que confirma o sujeito no seu papel com os outros. No uso performativo da linguagem, o sujeito constrói performativamente uma compreensão de algo da mesma forma que se vê, reciprocamente, confirmado pelos outros como autor e destinatário desse algo, que é, em Habermas, o Direito. (Habermas 1984).

Habermas afirma que a ação comunicativa pode se opor à colonização informal do Ser,¹³ distanciando-se da Teoria Crítica em geral, na qual a produção comunicativa e a construção da legitimidade da dominação marcham juntas: a máquina se encarrega de neutralizar as possibilidades de libertação. Essa concepção não se desvincula das características do modelo industrial transformista de energia, onde a máquina impõe sua lei de funcionamento ao trabalho como abstrato e genérico. Na nova dinâmica, em oposição, o uso da ferramenta técnica depende da performance do trabalho vivo concreto, heterogêneo e partilhado, onde criatividade e capacidade de invenção se apresentam como ação imediatamente intersubjetiva. Nela, o espaço da vida, outrora separado do espaço do trabalho, se torna um laboratório pós-industrial de criação e inovação.

¹² Pierre Lévy sustenta que a mensagem é um agente efetivo para a mente de quem a interpreta. Se um texto, uma mensagem ou alguma obra funcionam como mente é porque já foram assimilados, lidos, interpretados e importados como matéria mental e efetiva (Lévy 1995). As qualidades afetivas da mensagem interiorizada são transferidas à própria mensagem.

¹³ Porém, Jürgen Habermas, da mesma forma que André Gorz, concede as funções libertadoras da comunicação somente a segmentos individuais e limitados.

6. Inovação, Memória e Exploração

A economia política não prevê o caso em que o conhecimento, enquanto expressão da capacidade inovadora das relações subjetivas, passe a predominar no processo de realização de valor. Evidentemente, no modelo industrial existe inovação, mas ela é relativamente uma exceção, pois a valorização se baseia essencialmente na dominação do tempo de reprodução de mercadorias padronizadas, produzidas com tecnologia mecânica. O tempo em questão é um tempo sem memória, a não ser a memória do gesto repetido e da cooperação estática, inscrita na divisão técnica das tarefas e determinada segundo as normas da organização científica do trabalho. No capitalismo informacional, essa exceção que é a inovação se torna regra, pois a valorização nesse novo regime deriva da produção do conhecimento, no tempo da sua produção, difusão e socialização que as NTICs permitem enquanto tecnologias cognitivas e interconectadas. O conhecimento nasce e se difunde de forma heterogênea ao longo das trajetórias desenhadas por relações criativas cumulativas, cooperativas e amplamente socializadas dentro de contextos de produção e de uso. Pode-se, nesse contexto, evocar a idéia de regime de inovação.

Uma das grandes limitações das teorias de inovação está no fato de pensar a inovação essencialmente como modificação dos bens de capital. O conhecimento produzido no processo de inovação é usualmente pensado como sendo incorporado em algo. A invenção é resultado do movimento linear de difusão na economia de uma produção que é externa ao campo econômico. Arrow havia observado, desde 1962, a dificuldade que a ciência econômica encontra para integrar a particularidade da invenção na análise, devido à sua natureza indivisível e inapropriável. Essa dificuldade é, essencialmente, motivada pela falta de distinção entre “o que se reporta à inteligência” e “o que se reporta à necessidade ou à vontade”, distinção essa que o filósofo francês, Gabriel de Tarde, já havia realizado em 1902. Em oposição, os economistas não podiam se preocupar com isso, pois incorporam automaticamente o conhecimento no trabalho ou no capital.

Os utilitaristas consideram todo bem do ponto de vista do desejo do consumidor. Porém, embora o conhecimento possa se apresentar como objeto de desejo, ele se apresenta também sob outro aspecto que é o da “*força de adesão mental que ele suscita*” (Tarde 1902, p. 291). A adesão mental e o conjunto de crenças e intersubjetividades – que o conhecimento ou os afetos suscitam – não podem ser explicados e regulados pela combinação da utilidade e da escassez. Eles sobrepõem o campo da economia e requerem outras formas de abordagem.

Tarde coloca que o conhecimento exige a introdução de leis específicas porque é produzido e reproduzido pelo trabalho intelectual, pelo esforço da atenção, enquanto força intensiva da memória, no sentido bergsoniano. Ele é produzido pelo trabalho afetivo coletivo, cuja fonte não se encontra na energia física, mas na energia anorgânica e hipopsíquica da memória. Como mostra Lazzaratto, o que entra em jogo na produção criativa é a energia afetiva da memória, razão pela qual uma teoria do capitalismo cognitivo não pode ser construída unicamente a partir da

natureza específica do conhecimento. Ela necessita de uma teoria do sujeito criativo e da sua ferramenta específica de criação, que é o cérebro (Lazzaratto 2002).

Para Tarde, todo pensamento ou conhecimento se refere a símbolos que são criados e reproduzidos infinitamente pela memória. Essa capacidade da memória é antieconômica, porque permite, simultaneamente, criar, dar, reter, gastar e conservar a custos limitadíssimos ou nulos. A memória contém nela a ferramenta, a matéria prima e energia necessárias à produção e reprodução do conhecimento. Ela é o principal meio de produção do conhecimento. As imagens, sensações, palavras, emoções e os conceitos constituem a sua matéria prima.

A fim de produzir e reproduzir conhecimentos, a memória necessita de ferramentas externas e ela se exterioriza através de diversos dispositivos, como tempo, linguagem, conceitos e tecnologia. A memória possui a característica de se exteriorizar sem, para tanto, se alienar, escapando da relação sujeito-objeto própria às teorias do valor, as quais descrevem a produção como objetivação do sujeito no que produz. Tudo que se processa pela atividade da memória não se perde na ação da encarnação, mesmo que haja transformação e criação.

Uma leitura de Bergson pode ajudar a entender os paradoxos que resultam do agenciamento da criação e suas encarnações.¹⁴ O filósofo analisa a capacidade de invenção como fruto das combinações e arranjos entre a atividade de execução, isto é, a ação finalizada e planejada, e a atividade criativa (invenção). Ele busca o entendimento do desenvolvimento das “encarnações” da memória (linguagem, escrita, conceitos, tecnologia, etc.) em referência à capacidade que ela envolve de “absorção” ou “distração” da atenção na execução da ação finalizada (Bergson 1889).

Em Bergson, a memória opera uma dupla “encarnação”: uma interna, que se realiza tanto na memória corporal (a memória sensório-motora), quanto na memória intelectual, e, a outra, externa, que se efetua através de suportes alheios, como memória artificial, impressões, softes ou máquinas.¹⁵ O que se processa na memória não se perde na ação da encarnação, mesmo que haja transformação e criação. Ao mesmo tempo, toda encarnação cumpre a função de afrouxar os mecanismos que mantêm a mente cativada e absorvida na ação finalizada, dispensando-a de se entregar e se submeter inteira e exclusivamente ao domínio material (Bergson 1896). Reduzir a intensidade de absorção do trabalho na ação finalizada equivale a estimular a ação da memória enquanto capacidade criativa. Nessas condições, pode-se finalmente assimilar no processo produtivo, não somente o trabalho, mas também a “força da invenção”, a qual atinge com o predomínio do

¹⁴ Bergson operou uma separação entre o espírito e a matéria afim de tratar a interação interior/exterior: “*Nous sommes libres quand nos actes émanent de notre personnalité entière, quand ils l’expriment, quand ils ont avec elle cette indéfinissable ressemblance qu’on trouve parfois entre l’oeuvre et l’artiste....*” escreve o filósofo no: *Essai sur les données immédiates de la conscience*, 1889. Cap. III. Oeuvres, Ed. Puf. p. 113.

¹⁵ Bergson distingue a *memória corporal* feita de automatismos e mecanismos, da *memória pura* que é espiritual: a própria consciência. A primeira serve para adaptar as reações pessoais ao ambiente externo. Quanto à segunda, a sua utilidade está na sua capacidade de acumular conhecimentos, sentimentos, símbolos, linguagem, enfim, lembranças.

cognitivo um estágio nunca antes visto. Alimentada pelas relações de subjetividade e sustentada pela expansão tecnológica, a liberdade criativa se alastra para a totalidade do campo social.

Para que o capital consiga dominar essa nova força de invenção com as mesmas práticas de dominação do trabalho material, separando o trabalho dos meios de produção, terá que se apropriar de forma exclusiva das redes de cooperação e manter a produção do trabalho vivo dependente do trabalho morto (máquinas, e ciência). Em outros termos, o capital deverá separar o potencial criativo da faculdade de memorizar e reproduzir a invenção, isto é, afastar a memória mental da memória corporal, separar a encarnação interna da encarnação externa da memória e reduzir a ação desta a um simples trabalho reprodutivo. Ora, não se pode hierarquizar o acesso à informação e segmentar as interações de rede sem reduzir o potencial produtivo do trabalho vivo. Complica-se a *Spaltung* numa economia que produz conhecimento via conhecimento.

7. Conclusão

Hoje, a cooperação vinculada nas redes de comunicação é inerente à atividade produtiva, e a intersubjetividade que ela envolve tende a não se limitar a um lugar específico, mas espalha-se para o espaço da totalidade social. Conseqüentemente, a exploração capitalista do trabalho abstrato se estende para o trabalho intelectual coletivo, através de redes difusas de dispositivos que regulam diretamente as práticas laborais. Todavia, as redes impõem normas de funcionamento que dissolvem as fronteiras espaço-temporais e contestam a figura linear e autoritária do capitalismo. Articulada em redes multidimensionais, a tecnologia intelectual questiona a legitimidade do comando, pois reinventa incessantes relações singulares e diversas, onde o trabalho aparece como o poder de agir de uma forma que é ao mesmo tempo singular e universal, isto é, criativa e auto-reprodutiva.

As atividades de produção e as de consumo se tornam então indistinguíveis e o tempo da invenção, enquanto criação contínua do “novo”, se opõe ao tempo da repetição, ao tempo sem memória do capitalismo industrial. Nesse contexto de produção lingüística e cooperativa, a circulação e a produção formam um só conjunto, de um modo que remove as fronteiras entre o uso e a criação. Os valores de uso e troca tendem a se articular e fundir no conjunto dos processos sociais, aproximando o trabalho do produto e dos meios de produção. A destruição das distâncias une figuras de natureza diferente, transforma-as em séries de redes híbridas de participação global, abolindo tanto as divisões binárias do modelo fordiano, quanto a sua ideologia homogeneizante.

No capitalismo cognitivo, o objeto de exploração não são as atividades produtivas específicas, mas a capacidade universal de produzir, isto é, a atividade social abstrata. Nele, a apropriação da mais valia se reporta menos à força do trabalho individual e mais à força coletiva, social e cooperativa. A apropriação deve então se realizar através de novas modalidades, as quais se situam na “submissão formal”

e numa nova política de encravamento que consiste essencialmente na apropriação do conhecimento através de novos direitos de propriedade intelectual. A violência dessa apropriação não se faz, paradoxalmente, sem assumir a irreversibilidade da socialização e a liberdade da cooperação na produção do conhecimento. O capital não pode organizar a apropriação exclusiva de um bem coletivo e indivisível sem obstruir o próprio processo de invenção, pois a natureza subjetiva da atividade criativa e a natureza do objeto implicam necessariamente a livre produção e a livre socialização do conhecimento (das invenções). A ênfase passa da aquisição do conhecimento e sua objetivação no elemento material, para a sua produção e construção como verdadeira força produtiva, fonte de valorização e de novos conflitos de repartição. Há menos insistência sobre a posse material e mais sobre a linguagem e sobre as práticas de classificação e experimento. Trata-se de uma mudança que se inscreve numa inclinação pós-moderna.

Referências bibliográficas

- Agamben, G. (1993). *The Coming Community (Theory of Bounds)*. University of Minnesota Press.
- Arthur, B. (1989). Competing technologies, increasing returns and lock-in by historical events. *Economic Journal*, 3:116–131.
- Atlas, H. (1992). *Entre o Cristal e a Fumaça*. Jorge Zahar, São Paulo. Tradução.
- Bateson, G. (1977). *Vers une Écologie de l'Ésprit*, volume I. Seuil, França.
- Berger, P. & Luckmann, T. (1992). *A Construção Social da Realidade*. Vozes, Petrópolis. Tradução.
- Bergson, H. (1889). *L'Évolution Créatrice*. Ed. Puf, Paris.
- Bergson, H. (1896). *Matière et Mémoire*. Ed. Puf, Paris.
- Corsani, A. (2002). Element d'une rupture: L'hypothèse du capitalisme cognitif. In Azais, Corsani, & Dieuaide, editors, *Vers un Capitalisme Cognitif*, pages 173–188. L'Harmathan, Paris.
- Debord, G. (1994). *Society of the Spectacle*. Zone Book, Nova York.
- Dieuaide, P. (2002). Nouvelles technologies, nouvelle dynamique du capitalisme. In Azais, Corsani, & Dieuaide, editors, *Vers un Capitalisme Cognitif*, pages 90–114. L'Harmathan, Paris.
- Foucault, M. (1976). *La Volonté de Savoir*. Gallimard, Paris.
- Foucault, M. (1994). *Les Mailles du Pouvoir. Dits et Écrits*. Gallimard, Paris.
- Habermas, J. (1984). *Theory of Communicative Action*. Beacon Press, Boston.
- Hardt, M. & Negri, A. (2001). *Império*. Record, São Paulo.
- Hermann, E. & Chomsky, N. (1988). *Manufacturing Consent: The Political Economy of Mass Media*. Pantheon, Nova York.
- Jameson, F. (1991). Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism. In Durham & Harvey, editors, *The Condition of Postmodernity*. Oxford University Press, Oxford.
- Jollivet, P. (2000). *La Rupture Paradigmatique des NTIC et l'émergence de la Figure de l'utilisateur comme Innovateur*. PhD thesis, Paris I.
- Jollivet, P. (2002). Les NTIC et l'affirmation du travail collectif réticulaire. In Azais, Corsani, & Dieuaide, editors, *Vers un Capitalisme Cognitif*, pages 45–63. L'Harmathan, Paris.

- Lazzaratto, M. (2002). Travail et capital dans la production des connaissances. In Azais, Corsani, & Dieuaide, editors, *Vers un Capitalism Cognitif*. L'Harmattan, Paris.
- Lévy, P. (1995). *Qu' est ce que le Virtuel?* Ed. La Découverte, Paris.
- Lundvall, B. A. (1999). Spacial division of labour and interactive learning. *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, 3:469–488.
- Marx, K. (1979). *O Capital*. Moraes, São Paulo. Capítulo IV Inédito.
- Marx, K. (1983). *O Capital*. Abril Cultural.
- Merleau-Ponty, M. (1945). *Phénoménologie de la Perception*. PhD thesis, École Normale Supérieure, Paris.
- Solow, R. (1978). We'd better watch out. *New York Book Review*, 12 de Julho, New York.
- Tarde, J. G. (1902). *La Psychologie Économique*. Félix Alcan, Paris.
- Veltz, P. (1999). Territoires innovateurs: De quelle innovation parle-t-on? *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, 3:607–616.